



ASSOCIAÇÃO CIVIL PRÓ-SAÚDE DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
CNPJ - MF nº 73.565.319/0001-38

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(em Reais)

ATIVO	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.234.126</b>	<b>890.115</b>
Disponibilidades	235.411	36.350
Aplicações Vinculadas	664.676	544.480
Aplicações Livres	0	90.230
Crédito Operações de Saúde	334.038	219.038
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>356.179</b>	<b>376.145</b>
Investimentos	19.073	14.559
Imobilizado	337.002	361.270
Intangível	105	316
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.590.306</b>	<b>1.266.260</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Civil PRÓ-SAÚDE dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma associação de natureza civil, sem fins lucrativos, tendo como finalidade auxiliar sob a forma de ressarcimento a cobertura das despesas médico-hospitalar-medicamentos e laboratorial havidas com doenças dos associados.

**NOTA 02 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas previstas na Legislação pertinente e normas da ANS.

**NOTA 03 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

**3.1) - Reconhecimento dos efeitos inflacionários**

Os efeitos inflacionários são reconhecidos mediante atualização monetária de ativos e passivos indexados, com contrapartida em receitas e despesas financeiras a título de variação monetária.

**3.2) - Crédito de Operações de Saúde a Receber**

Saldo de operações de saúde vencíveis até 60 dias, líquido da provisão de perdas;

**3.3) - Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para as receitas e as despesas com assistência à saúde, pelo conhecimento das contas para reembolso.

**3.4) - Permanente**

Demonstrado ao custo histórico de aquisição líquido das depreciações.

**3.5) - Provisões Técnicas**

Foram constituídas para atender normativos da ANS e garantir operações de assistência à saúde

**NOTA 04 PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio Social é formado pelo superávit de exercícios, de doações em bens ou dinheiro recebidos.

**NOTA 05 AUMENTO DO ÍNDICE DE SINISTRALIDADE**

Pelas medidas tomadas em assembleia, pelos associados e pelo retorno a normalidade, foi recomposto o fluxo de caixa e assim finalizamos o exercício com recursos disponíveis..

Nelson Osternack Postiglioni  
Diretor Presidente

Solange Aparecida Mussilini  
Contador CRC-PR nº053.032/O-1

**PARECER DO CONSELHO CURADOR**

No exercício das atribuições estatutárias, os membros do Conselho Curador, gestão 2016 da Associação Civil Pró-Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, examinaram em reunião extraordinária no dia 08 de fevereiro de 2017 conforme ata nº 89, o balanço patrimonial, demonstração do superávit ou déficit do exercício e notas explicativas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, o que após o atendimento de todas as exigências legais, teve parecer favorável deste Conselho, sendo a referida prestação de contas APROVADA. Atesto que procedi os registros devidos no livro de atas às fls.34v do livro nº. 02.

Ponta Grossa (PR) 08 de fevereiro de 2017

VANDERSON ROMKO  
Presidente do Conselho Curador

PASSIVO	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>865.851</b>	<b>1.026.165</b>
Contraprestações não Ganhas	239.850	150.704
Eventos a Liquidar Operação à Saúde	26.783	298.986
PEONA	551.782	539.720
Demais Obrigações a Pagar	47.436	36.755
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>724.454</b>	<b>240.095</b>
Patrimônio Social	240.095	1.715.759
Superávit (Déficit) a Disposição AGO	484.360	(1.475.664)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.590.306</b>	<b>1.266.260</b>

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT  
OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO  
(em Reais)

	2016	2015
<b>CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS</b>	<b>6.491.552</b>	<b>4.544.856</b>
Eventos Conhecidos de Assistência Médica	(5.207.995)	(5.400.693)
Provisões Técnicas	(12.062)	(107.124)
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO</b>	<b>1.271.494</b>	<b>(962.961)</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>(787.134)</b>	<b>(512.703)</b>
Outras Receitas(Despesas) Operacionais	(21.762)	2.148
Administrativas e Gerais	(854.399)	(672.899)
Resultado Financeiro	84.636	149.314
Resultado Patrimonial	4.370	8.734
<b>SUPERÁVIT(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>484.359</b>	<b>(1.475.664)</b>

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Diretores, Curadores e Associados da  
Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

**Base para opinião com ressalva**

Os índices apresentados pela operadora em relação ao Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA e a Margem de Solvência – MS estão abaixo dos índices mínimos exigidos pela RN 209/2009 e alterações posteriores da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Essa situação indica a existência de incertezas que pode levantar dúvida quanto a capacidade de continuidade operacional da entidade e, portanto, ela pode não ser capaz de gerar recursos suficientes para liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" no nosso relatório. Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- a) Para consecução de nossa auditoria levamos em consideração as práticas contábeis adotadas no Brasil com atendimento da Lei 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas contábeis complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;
- b) Margem de Solvência conforme exigência da RN 209/2009 da ANS;
- c) Análise do Lastro e vinculação de ativos garantidores junto as provisões de Eventos a Liquidar para o SUS, Eventos a Liquidar para demais prestadores de serviço e PEONA;
- d) O julgamento e uso das estimativas adotadas pela administração bem como os critérios e razoabilidade;
- e) Avaliação dos controles internos implantados pela Operadora.

#### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ponta Grossa (PR), 06 de Fevereiro de 2017.

**ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC-PR nº 004.687/O-6**  
**Vera Lucia Machado**  
**Contador CRC-PR nº 025.266/O-9**